



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682618 - SP (2021/0234003-6)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**IMPETRANTE** : FELIPE SCALON CARRINHO  
**ADVOGADO** : FELIPE SCALON CARRINHO - SP423034  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : TAMIRES CRISTINA ALMEIDA NEVES DOS SANTOS (PRESO)  
**CORRÉU** : CARLOS ROBERTO RODRIGUES DA SILVA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de TAMIRES CRISTINA ALMEIDA NEVES DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2119954-74.2021.8.26.0000).

A paciente foi presa em flagrante por suposta prática do delito descrito no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, sendo a prisão em flagrante convertida em preventiva.

O impetrante sustenta a necessidade de concessão da prisão domiciliar à paciente, nos termos dos arts. 318-A e 318-B do Código de Processo Penal, haja vista que é mãe de uma menor, atualmente com 11 anos de idade, que depende de seus cuidados.

Salienta que o delito foi cometido sem violência ou grave ameaça e não foi praticado contra a filha.

Alega, ademais, a carência de motivação para a decretação e manutenção da segregação cautelar da paciente, ante a ausência dos requisitos autorizadores da medida extrema previstos nos arts. 312 e 313 do Código de Processo Penal, bem como destaca a possibilidade de aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente e no mérito, seja concedida a liberdade ou a prisão domiciliar à paciente.

É, no essencial, o relatório.

Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, nota-se, em uma análise ainda preliminar do feito, que foi devidamente fundamentada a manutenção da custódia cautelar da paciente pelo Tribunal de origem, nos seguintes termos (e-STJ fls. 69-77):

*Analisado o caso concreto, chega-se a conclusão de não ser efetivamente recomendado que a ora paciente responda ao processo em liberdade. Existem, ademais, indícios suficientes nos autos de autoria e materialidade delitivas, sem contar o perigo gerado por eventual restabelecimento do estado de liberdade da imputada.*

*Importa ainda consignar que a ora paciente ostenta antecedentes por crime de mesma natureza (fls. 95/100 dos autos principais), além do que o caso ora em apreço exige uma análise mais criteriosa em razão da quantidade e da espécie de entorpecente apreendido, bem como a forma como estava acondicionado.*

*Conquanto a apreensão refira-se apenas a maconha, a quantidade encontrada, embora não chegue a ser vultosa, não deixa de ser expressiva (202,92 gramas), o que indicaria maior nocividade no tráfico.*

*Não se cogita, assim, de decorrer a manutenção da custódia cautelar exclusivamente da gravidade abstrata da conduta, eis que vem ela escorada tanto no exame dos pressupostos legais como à situação inerente ao caso concreto.*

*Ressalte-se que, apesar de o pedido ter vindo acompanhado de documentação comprobatória de ocupação lícita exercida até 07 maio de 2021 (fls. 136), não há como conceder-se a liberdade. Existem, com efeito, fortes indícios de que, uma vez solta, a agente irá persistir em sua conduta, prejudicar a instrução criminal ou frustrar a aplicação da lei penal.*

*(...)*

*No tocante à possibilidade de conversão da sua prisão preventiva para a prisão domiciliar, em razão de cuidados coma filha menor, verifica-se que a própria paciente declarou que a criança se encontra em companhia da avó materna que reside na cidade de Presidente Venceslau, demonstrando que a infante não está unicamente sob responsabilidade da acusada.*

*(...)*

*Deveria, no presente caso, ter sido produzida prova nos autos, encartando-se elementos de convicção, demonstrando que eventuais filhos menores de 12 anos da paciente estariam, anteriormente à sua prisão, sob seus cuidados, e não sob os de terceiros.*

*Na hipótese dos autos, não constam, contudo, quaisquer documentos comprobatórios de tal situação.*

*A presente ação constitucional não veio, assim, minimamente instruída com os documentos fundamentais comprobatórios de filiação e dependência, essenciais à análise sobrea ocorrência do suposto constrangimento ilegal em tese sofrido pela impetrante/paciente, face o decidido pelo Col. Supremo Tribunal Federal.*

*Tendo em vista, portanto, que a impetração não veio instruída com a necessária prova pré-constituída que poderia demonstrar à evidência o constrangimento ilegal em tese suportado pela impetrante/paciente, o writ deveria ser liminarmente indeferido.*

*É certo que, ao longo da análise elaborada pelo Relator de mencionado Acórdão do Pretório Excelso, foi observado que o Judiciário deveria “confiar na*

*palavra da mulher custodiada”, e que, em havendo dúvida razoável a respeito do alegado, deveria ser procedida a diligência averiguatória.*

*No caso concreto, contudo, está-se diante de situação gravíssima, que simplesmente não permite a cumprimento da ordem. Conquanto a paciente já estivesse recolhida cautelarmente no momento em que foi concedida a ordem pelo STF, a imputação versa tráfico de entorpecentes (art. 33, caput da Lei n. 11.343/2006 c. art. 29 do CP), pela apreensão de 202,92 gramas de maconha, acondicionados em 16 porções.*

*Reavaliada a decretação da preventiva, chega-se à conclusão de ser descabida, mesmo sendo considerada a atual conjuntura pandêmica, a concessão de liberdade provisória.*

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência